

Desterritorialização e nova hierarquia de poderes

Para entender melhor esse tema, é necessário retomar três importantes conceitos geográficos.

•**Territorialização:** refere-se à construção histórica das ações ou dos exercícios de poder praticados por grupos sociais sobre uma parcela delimitada do espaço geográfico. Tais grupos tendem, dessa forma, a “territorializar” o espaço do qual se apropriam de alguma forma.

Exemplo: a dinâmica que levou à configuração atual dos Estados Nacionais é uma forma de territorialização mundial.

•**Desterritorialização:** refere-se à desconstrução das relações estabelecidas com o território, associada à perda de poder sobre este por parte dos grupos sociais a ele anteriormente vinculados. Trata-se da desconstrução dos vínculos que ligavam esses grupos ao território. Como os territórios são dinâmicos, os processos de territorialização e desterritorialização estão ligados às mudanças tecnológicas que afetam esses locais, bem como à evolução das relações de poder exercidas na sociedade.

Exemplo: pode-se afirmar que o fim da Guerra Fria proporcionou uma expressiva desterritorialização nos países que compunham o antigo bloco socialista.

•**Reterritorialização:** o terceiro passo da dinâmica conhecida como TDR (territorialização-desterritorialização-reterritorialização) refere-se tanto à reorganização de novos territórios a partir das outras configurações técnicas e hierarquias de poder estabelecidas, quanto à capacidade dos grupos sociais que se deslocaram pela desterritorialização anterior de se adaptarem a novos locais, construindo novas relações de territorialidade.

Exemplo: o surgimento de blocos econômicos contemporâneos, como a Nafta, a União Europeia, o MERCOSUL ou a Apec, constitui casos de reterritorialização na economia mundial.

As condições em que ocorrem a desterritorialização e a reterritorialização, no entanto, proporcionam impactos diferentes conforme a situação socioeconômica do grupo social atingido. Por exemplo, a expansão do agronegócio produziu a desterritorialização de camponeses, especialmente no mundo periférico. Parte deles, por sua vez, encontra dificuldades em seu processo de reterritorialização.

Estados x corporações: novas relações de poder

As relações entre Estados e corporações nem sempre ocorrem de maneira simples. Tradicionalmente, as empresas que operavam nos territórios nacionais eram obrigadas a se submeter às normas estabelecidas pelos Estados. Por outro lado, também era natural que as empresas pressionassem o Estado para que este adequasse a legislação a fim de favorecê-las.

O crescimento do poder econômico das grandes corporações e o surgimento das transnacionais dificultaram a capacidade dos Estados de estabelecer algumas regulamentações. Não é incomum que se identifiquem situações nas quais estes atendam aos interesses corporativos, alterando legislações e concedendo benefícios, como isenções de impostos, no intuito de facilitar o estabelecimento de tais empresas para gerar empregos e determinadas arrecadações que dinamizam a economia.

O faturamento de algumas grandes corporações supera expressivamente o PIB de muitos países. Essa concentração de poder econômico se traduz em maior influência política, tanto sobre os Estados quanto sobre importantes instituições do mundo globalizado, como FMI, Banco Mundial e OMC.

Ao se instalarem nos países – especialmente os mais vulneráveis, do mundo periférico, com menor poder regulatório –, as grandes corporações podem promover a desterritorialização dos sistemas produtivos nacionais ou tradicionalmente vigentes. Entre outros motivos, isso ocorre quando:

- estabelecem patamares desiguais de concorrência, tendendo a controlar os mercados e obtendo vantagens sobre as empresas menores com atuação local – em muitos casos, utilizando-se de táticas como o **dumping** ou a formação de **trustes, cartéis e holdings**, que podem conduzir a **monopólios e oligopólios**;

- afetam a organização do mercado de trabalho então estabelecido, seja pela incorporação de novas práticas produtivas seja pela aplicação de elevados índices de automação;

- reinvestem uma parcela de seus lucros localmente, mas, em contrapartida, promovem grandes remessas financeiras para a matriz ou diretamente para paraísos fiscais ou, ainda, enviam capital para financiar a expansão dos negócios da empresa em outros países.

O desafio trazido pela globalização é buscar reequilibrar a hierarquia de poderes entre Estados e corporações, evitando que algumas corporações atuem globalmente sem que haja instrumentos eficazes que regulamentem suas ações.

Além disso, é fundamental redirecionar o papel estatal àquilo que são suas principais prerrogativas: a representação da sociedade e a garantia do seu bem-estar – considerando todos os segmentos sociais, e não apenas os interesses do mundo corporativo.

Organismos de mediação mundial: da Liga das Nações à ONU

O primeiro organismo internacional cujo intuito foi de mediar às questões políticas e de promover o desenvolvimento socioeconômico dos diferentes Estados foi a Liga das Nações. Era composta originalmente por 32 países e sua sede era em Genebra, na Suíça. Essa instituição surgiu em 1919, pouco tempo após o término da Primeira Guerra Mundial (1914-1918).

O Brasil foi um dos membros fundadores, mas, em 1926, sob o mandato do presidente Artur Bernardes, retirou-se da organização em virtude de desavenças sobre a composição do Conselho Executivo.

O curto período de existência da Liga das Nações foi turbulento. Havia muita tensão no mundo após a Grande Guerra. Diversas situações geopolíticas mal resolvidas, agravadas pela crise econômica de 1929 e pela ascensão nazifascista em vários países, colaboraram para a eferescência política das décadas de 1920 e 1930. Ao contrário da ONU, que viria a surgir posteriormente, a Liga das Nações não dispunha de qualquer corpo militar. Ela mediu com êxito algumas disputas territoriais nos Bálcãs e na América Latina, mas fracassou em questões importantes, como a Segunda Guerra Sino-Japonesa (1937-1945, entre China e Japão) e a Guerra Civil Espanhola (1936-1939). Além disso, não foi capaz de impedir a eclosão da Segunda Guerra Mundial. Em 1946, o organismo oficialmente se autodissolveu.

Ainda durante a Segunda Guerra Mundial, os países aliados (que lutavam contra o “Eixo” formado por Alemanha, Itália e Japão) já negociavam a criação da instituição que substituiria a Liga das Nações. Em outubro de 1945, na Conferência de São Francisco, foi fundada a ONU.

Com sede em Nova Iorque (EUA) e integrada atualmente por 193 Estados-membros, a ONU é composta por seis órgãos principais, responsáveis por suas mais importantes atribuições e resoluções:

- Assembleia Geral
- Conselho de Segurança
- Conselho Econômico e Social
- Secretariado
- Corte Internacional de Justiça
- Conselho de Tutela

Além desses órgãos, a estrutura da ONU abarca uma série de agências especializadas, programas e fundos. Os principais são:

- Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (conhecida por sua sigla em inglês, FAO).
- Fundo das Nações Unidas para a Infância (conhecido por sua sigla em inglês, UNICEF).
- Organização Mundial da Saúde (OMS)
- Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR)
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)
- Organização Internacional do Trabalho (OIT)
- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

Ao contrário da antiga Liga das Nações, a ONU apresenta um corpo militar. Conhecidas como “capacetes” ou “boinas azuis”, as Forças de Paz têm o objetivo de intervir em conflitos e mediar às relações instáveis deles decorrentes. Assim, em geral, elas não tomam partido nas guerras, mas orientam suas ações para contribuir para a paz no local ou garantir proteção às vítimas e aos refugiados. As ações militares da

ONU, no entanto, não estão isentas de controvérsias, como no caso da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Kosovo (UNMIK), iniciada em 1999.

Em muitos dos locais que receberam missões dos “capacetes azuis”, como na Somália, assolada por guerra civil nos anos 1990 (repetindo situação similar ocorrida em outros países africanos anteriormente), a presença da ONU não garantiu a paz. Em outros, como na província do Kosovo, em 1999, a missão foi considerada bem-sucedida.

A ONU também tem promovido, desde a década de 1970, uma série de conferências com temáticas específicas, nas quais se reúnem pesquisadores e representantes políticos. Entre as principais temáticas dessas conferências, destacam-se as que tratam de:

- população e desenvolvimento;
- discriminação contra a mulher;
- assentamentos humanos ou das cidades;
- questões ambientais.

Assembleia Geral e Conselho de Segurança

As mais importantes decisões da ONU são tomadas por meio de dois órgãos deliberativos principais.

• **Assembleia Geral:** formada por todos os países-membros da organização, cada qual tendo direito a um voto. As decisões mais importantes, como as relativas às questões de paz e admissão de novos membros, por exemplo, são tomadas por maioria qualificada (dois terços ou mais). As demais questões, por maioria simples. As reuniões da Assembleia Geral da ONU ocorrem anualmente, e o discurso de abertura é feito pelo representante do Brasil, tradição que remonta ao fato de o Ministro das Relações Exteriores brasileiro Oswaldo Aranha terem sido escolhidos como o primeiro a se pronunciar na segunda reunião da Assembleia Geral, em 1947. Além de a Assembleia Geral da ONU eleger os secretários e representantes e se ocupar de temas burocráticos da instituição, debate temas como paz e segurança, desarmamento, cooperação internacional, direitos humanos, etc. Suas resoluções, contudo, têm caráter apenas de recomendação, não sendo obrigatório, o que gera críticas em razão das restrições à sua efetividade.

• **Conselho de Segurança:** é a instância mais importante da ONU, pois delibera sobre questões de paz e segurança mundial, podendo autorizar a aplicação de sanções econômicas, restrições políticas e mesmo ações militares, em caso de aprovação da moção. Todos os membros da ONU se comprometem a aceitar as decisões do Conselho de Segurança. É composto por 15 países, sendo 10 rotativos (eleitos pela Assembleia Geral, a cada dois anos), e cinco permanentes. Os membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU são os quatro principais países que venceram a Segunda Guerra Mundial: EUA, Federação Russa (na época compoendo a União Soviética), Reino Unido e França, mais a China, que passou a integrá-lo alguns anos depois, na tentativa de equilibrar os poderes dos blocos capitalista e socialista na Guerra Fria. Para serem aprovadas, as decisões precisam de 9 dos 15 votos, sem que haja qualquer veto. Os membros permanentes têm o direito de veto, o qual, quando exercido, impede a aplicação das medidas propostas, mesmo que elas tenham sido aprovadas por todos os demais membros do Conselho.

A configuração do Conselho de Segurança da ONU é alvo de discussões no cenário internacional. Países desenvolvidos com grande relevância na geopolítica mundial, como a Alemanha e o Japão, pleiteiam vagas como membros permanentes. O Brasil também faz campanha pela reforma no Conselho e por uma vaga como membro permanente, pleiteando uma maior representatividade da América Latina e da África, e mesmo dos países emergentes no órgão. O uso do direito de veto também é motivo de polêmicas, pois tende a obstruir a tomada de decisões importantes para a segurança mundial.

Atividades

1. O cenário das relações internacionais amplia as fronteiras estatais, trazendo novas possibilidades. Dessa forma, alguns conceitos são fundamentais para saber como estão ocorrendo tais relações. Explique o que significa cada um dos termos a seguir, exemplificando-os.

Conceito	O que é	Exemplo
Territorialização		
Desterritorialização		
Reterritorialização		

2. Qual a função das forças de Paz da ONU?

3. Como estava a distribuição geográfica dos conflitos para os quais a ONU envia missões de paz? O que essa distribuição revela?

4. Pesquisem quais são os atuais membros rotativos do Conselho de Segurança e que continente cada um deles representa.

5. Faça uma pesquisa sobre uma missão de paz em curso e escreva as ações realizadas pela ONU que tenham colaborado para a estabilização da região.